

O ECOTURISMO, O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA EM ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS: OBJETIVOS CONFLITANTES?

CAROLINA DE ANDRADE SPINOLA¹

Resumo

Este artigo procura discutir a real contribuição do ecoturismo para o desenvolvimento local e a conservação do patrimônio natural em espaços naturais protegidos, através da análise dos resultados de alguns estudos realizados em alguns dos mais conhecidos “destinos verdes” da atualidade.

Palavras-Chave: Ecoturismo, Desenvolvimento Local, Conservação da Natureza, Unidades de Conservação.

Abstract

This paper proposes an analysis of the real contribution of ecotourism to local development and nature conservancy in protected areas, thru the analysis of the experiences of some of the most known green destinations of nowadays.

Key Words: Ecotourism, Local Development, Nature Conservancy, Protected Areas.

As unidades de conservação têm se firmado como os espaços ideais e legítimos para a prática do ecoturismo nas últimas décadas. Isso ocorreu, em parte por serem os espaços que concentram a maior variedade de atrativos naturais relevantes e biomas/espécies animais preservadas, ao mesmo tempo em que são consideradas o *locus* de exploração sustentável da atividade, tendo em vista a existência de um aparato legal e administrativo que, ao menos teoricamente, assegura limites à sua utilização.

No âmbito desses espaços, a discussão sobre o binômio ecoturismo/

desenvolvimento local introduz alguns aspectos específicos, relacionados com a sua condição de unidades de conservação: a concentração massiva de oferta complementar e fluxos de demanda intensos concorrendo com os usos tradicionais e históricos da área; a existência de restrições, em maior ou menor escala, à sua utilização, por atividades econômicas e populações autóctones; os conflitos institucionais relacionados com a sua administração e a necessidade de conhecimentos técnicos específicos de manejo que assegurem a sua sustentabilidade.

Outro questionamento importante para se fazer nesse momento é a quem beneficia o desenvolvimento do ecoturismo em espaços protegidos. Aos próprios espaços e seu patrimônio natural? Às comunidades autóctones? Ao governo central? Aos turistas? ou aos mercados emissores, através do recebimento de parte das receitas de sua operação?

O presente artigo pretende, a partir da análise das experiências de alguns destinos ecoturísticos consagrados, responder a essas indagações. De início, far-se-á uma análise das possíveis interações entre ecoturismo e Unidades de Conservação, considerando seus aspectos econômicos, ecológicos e sócio-culturais. Em seguida, introduz-se uma discussão muito controversa no tocante à questão da busca pelo desenvolvimento local nesses espaços: o papel das populações tradicionais. Por

fim, relacionando todos os elementos levantados, e à luz das definições de desenvolvimento local sustentável, analisar-se-á quem são os grandes ganhadores e perdedores desse processo e possíveis alternativas de mudança nesse cenário.

Custos e benefícios do turismo em Unidades de Conservação

Não são numerosos os estudos sobre o impacto do ecoturismo no ambiente específico das unidades de conservação. Normalmente, os trabalhos que objetivam analisar as externalidades da atividade o fazem de uma maneira geral, abrangendo mais elementos do que aqueles presentes em espaços protegidos. Por outro lado, os estudos relativos a unidades de conservação tratam de todos os tipos de ameaças decorrentes do uso econômico da área, inclusive o ecoturismo. Da interrelação entre essas temáticas e consulta a publicações da OMT, obteve-se o elenco das variáveis abordadas nessa seção.

Diferentemente da análise que é comumente feita em relação ao turismo convencional, o estudo dos impactos do ecoturismo em Unidades de Conservação deixa para um segundo plano as implicações de ordem econômica e social, se concentrando no levantamento e monitoramento de externalidades negativas, relacionadas com variáveis ambientais a exemplo de vegetação, fauna, solo e recursos hídricos. (MORSEL-

¹ Doutora em Geografia (Concentração em Análise Territorial e Planejamento do Turismo) pela Universidade de Barcelona – ES. Professora titular do curso de Turismo da Universidade Salvador – Unifacs; das Faculdades Jorge Amado e da Faculdade Castro Alves.

TIPO DE IMPACTO	IMPACTO	REFERÊNCIA
VEGETAÇÃO	Corte de árvores para construção e alimentação de lareiras e fogueiras	Thorsell (1984), OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
	Incêndios florestais causados em decorrência do mau uso do fogo	Thorsell (1984); OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
	Coleta de flores, plantas e fungos	Morsello (2001); OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
	Introdução de espécies exóticas	Morsello (2001); OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
	Dano à estrutura das árvores cujos troncos são usados como apoio em trechos de trilhas	OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
SOLO/VEGETAÇÃO	Pisoteamento da vegetação e compactação do solo solo pela abertura e uso inadequado de trilhas	Serrano (2001); OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
	Deposição inadequada de lixo sólido que obstrui a dinâmica dos solos	Serrano (2001); OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
	Traçado inadequado de trilhas que favorecem os processos erosivos	OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
FAUNA	Remoção de fauna: caça, pesca e tráfico de Animais	Morsello (2001); OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
	Distúrbio na dinâmica das populações causado pela presença dos visitantes.	OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)
	Alimentação de animais silvestres	OMT (1992)
GEOLOGIA	Coleta de fósseis, rochas, estalagmites e Estalagmites Pichações nas rochas	OMT (1992)
RECURSOS HÍDRICOS	Contaminação por óleo diesel dos veículos de Passeio	OMT (1992); Mathieson e Wall (1990)

Quadro 1 – Principais impactos ambientais negativos gerados pelo turismo em unidades de conservação

Fonte: Autores referenciados. Elaboração própria.

LO, 2001, MATHIESON;WALL, 1990; OMT,1992; PAGANI et al., 1999; THORSELL, 1984; SERRANO, 2001). Os principais impactos negativos listados na bibliografia de referência podem ser melhor visualizados no quadro 1.

A vegetação é um dos atrativos principais de muitas unidades de conservação e, apesar de se constituir em um recurso turístico primário, quase todas as atividades recreacionais desenvolvidas pelos visitantes trazem algum tipo de impacto sobre ela, como mudança na quantidade e variedade de espécies, índices de crescimento e estrutura cronológica e diversidade de habitats.

Em relação à utilização de madeira por campistas e em construções

turísticas, Wall e Wright (1977) destacam o perigo que essa prática pode trazer para a sobrevivência de bosques e florestas que têm árvores muito jovens arrancadas e não repostas. Lindberg e Hawkins (1993) contabilizaram que, no Nepal, uma expedição padrão de 2 semanas gasta 8 mil Kg de madeira enquanto na lareira convencional das casas, gasta-se 5 mil Kg/ano.

Os incêndios verificados nas UC's devem-se, em sua maioria, a ações outras que a prática de atividades recreacionais mas, não se pode ignorar o perigo representado pelas fogueiras de acampamento acendidas em locais inapropriados e de maneira inadequada ou o dano que pode ser causado por restos de

cigarros displicentemente jogados em áreas cuja vegetação seja muito seca. Mathieson e Wall (1993) destacam esses como alguns dos fatores responsáveis pelos incêndios em parques da Califórnia e Austrália.

A exclusão de vegetação pode atingir, além da madeira, outras formas de extração vegetal como a exploração de frutos, plantas medicinais, ornamentais, forrageiras, folhas, bambus e fungos. Essa ação pode ser atribuída à comunidade local ou ao turista, que, direta ou indiretamente colabora para a permanência do problema, colhendo "mudas" de plantas ou alimentando o comércio de artesanato elaborado com base nesses materiais. Uma boa forma de resolver essa questão é atra-

vés da criação de reservas extrativistas e regulamentação da exploração vegetal, restringindo-a àquelas espécies que podem se regenerar e determinando quotas máximas e períodos em que a atividade é permitida.

Embora aconteça em uma escala infinitamente inferior à exclusão, a introdução de espécies exógenas também é um problema que pode resultar em desequilíbrio do ecossistema e aflige os administradores de unidades de conservação. Morsello (2001) destaca que dentre as espécies vegetais sob perigo de extinção, 18% são ameaçadas por espécies invasoras. A autora alerta para o caso específico das ilhas, ambientes isolados em que os efeitos danosos da introdução de novas espécies podem ser desastrosos. Esse é o caso do arquipélago de Galápagos, em cujo parque nacional, o zoneamento impede a visita da maioria das ilhas desabitadas, onde a introdução de espécies exógenas seria capaz de pôr em risco as espécies endêmicas singulares do local, que evoluíram com tão poucas ameaças e proporcionaram a Darwin o cenário ideal para o desenvolvimento de sua teoria sobre a evolução das espécies. A administração do parque já pensa em medidas para evitar esse problema, através do estabelecimento de quarentena para as mercadorias que chegam e inspeção de passageiros, inclusive com a descontaminação dos seus sapatos. (WALLACE, 1993)

Finalmente, ainda relativo à vegetação, o pisoteio das raízes e utilização do tronco das árvores como apoio nas passagens mais difíceis das trilhas são procedimentos muitas vezes recomendados pelos guias mas, que ameaçam a sobrevivência desses indivíduos. Westhoff (1967 apud WHELAN, 1991) constatou esse fato estudando as sequoias da Califórnia.

O lixo é um outro fator que, além do aspecto estético desagradável e da atração que exerce sobre insetos e roedores, contribui para a alteração da estrutura do solo, bloqueando a passagem da luz e do ar. Glick (1991) e Whelan (1991) alertam para os prejuízos causados pelo lixo deixado pelos visitantes no Parque Nacional de Yellowstone²:

Os gêiseres Minute e Ebony, na base Norri, no Parque de Yellowstone, cessaram suas erupções por causa do lixo depositado em suas bocas (GLICK, 1991, p. 65).

A remoção de fauna, assim como acontece com a exclusão de vegetação, é uma externalidade para a qual contribuem principalmente os moradores locais, estimulados pelo valor atribuído a esses animais pelos visitantes. Em uma pequena parcela dos casos, pode-se falar em atividades de caça e pesca realizadas pelos turistas, notadamente nas reservas da África, de maneira clandestina, mas é adquirindo artesanato e consumindo pratos típicos elaborados com esses animais, que o seu impacto é maior. Em Fernando de Noronha, no Brasil, a caça aos tubarões foi incrementada com o objetivo de extrair a sua cartilagem para a produção de bijouterias. No Caribe, os visitantes compram jóias feitas com coral negro e outros espécimes raros. (WHELAN, 1991).

Os turistas também interferem na dinâmica social das espécies animais e, em alguns casos chegam até a alterar os seus hábitos alimentares. A maioria dos relatos a respeito dessa interação turistas x fauna silvestre referem-se a exemplos africanos e norte americanos, onde o efeito da visita já é perceptível principalmente no comportamento de grandes predadores. Gray (1973) ressalta, por exemplo, que o interesse dos turistas que fazem safári nos parques africanos em observar o momento da captura de uma presa por um predador, ao mesmo tempo que se constitui no auge da experiência para o visitante, mina a privacidade dos animais observados e frustra seu intento. Olindo (1991) também alerta para o impacto dos balonistas sobre as manadas de elefantes do Parque Nacional do Serengeti; Glick (1991) relata a mudança no comportamento dos coiotes, que ficaram mais agressivos após se acostumarem a ser alimentados pelos visitantes. O mesmo efeito foi percebido por Whelan (1991) com os ursos de Yellowstone.

No que diz respeito à poluição da água, engloba-se nesse item o despejo de esgotos de empreendimentos turísticos em rios e mares, a contaminação da água pelo combustível de veículos de passeio como jet-skis, lanchas, etc; e, menos citados mas, igualmente preocupantes, o dano de longo prazo causado pela contaminação de riachos e córregos pela gordura dos utensílios domésticos lavados em água corrente pelos campistas e por dejetos humanos depositados inapropriadamente. Glick (1991) revela que esse é mais um dos problemas vivenciados pelo Parque de Yellowstone, onde já se constatou a presença de parasitas do tipo giárdia nas águas dos lagos.

Há também outros tipos de poluição que não são citados por todos os autores como a poluição visual e auditiva lembrada por Mathieson e Wall (1990). Elas se dão, principalmente, através da utilização de letreiros, luminosos e/ou construções pintadas com cores chamativas e, no segundo caso, através do comportamento descompromissado dos visitantes e de alguns agentes da oferta que recorrem a aparelhos de som e não se preocupam em manter um mínimo de silêncio durante passeios a áreas mais isoladas das UC's.

Quando se procura listar as conseqüências positivas oriundas da exploração da atividade, encontra-se sempre uma argumentação de cunho econômico, que justifica a sua existência em função dos ganhos obtidos pelas reservas e pelas comunidades. Raramente se discute sobre benefícios ambientais que, embora menos freqüentes do que os impactos apresentados, podem ter alcance considerável em um contexto de desenvolvimento planejado. Basicamente, pode-se trabalhar com dois aspectos mais genéricos que são: a) os visitantes ajudam no processo de sensibilização política e social para a criação de leis e atração de investimentos que protejam esses espaços; b) o ecoturismo praticado dentro dos seus imperativos éticos contribui

² "Minute and Ebony geysers, at Norris Geyser Basin in Yellowstone Park, have ceased erupting because of litter carelessly tossed in their mouths" (tradução própria).

para a melhoria da consciência ambiental de visitantes e moradores. Parte-se do pressuposto de que só se valoriza aquilo que se conhece e, nesse caso, o ecoturismo pode passar da posição de ameaça para a de instrumento de conservação.³

Os argumentos econômicos a favor do ecoturismo são inúmeros, bastante freqüentes em qualquer obra sobre o assunto e se resumem na possibilidade de auto-financiamento que a atividade traz para as UC's, aliada à melhoria da qualidade de vida da comunidade local, que terá mais oportunidades de emprego e renda.

Essa apologia aos benefícios econômicos do turismo, ou do ecoturismo, não é novidade e, como já foi objeto de inúmeros outros trabalhos, não tomará muito espaço desse artigo. Mas, todavia, faz-se necessário apresentar algumas experiências de espaços protegidos que reforçam o primeiro argumento e demonstram que a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais está longe de ser resolvida mediante um simples aumento do fluxo de visitantes e da arrecadação das UC's.

Um dos maiores problemas enfrentados pelas UC's e pelas economias locais é a centralização das operações turísticas em mãos de empresas estrangeiras que, preocupadas com a qualidade de seus serviços e a maximização dos seus lucros, subutilizam os recursos produtivos locais e, como conseqüência, têm um impacto econômico bem menos representativo do que se costuma considerar.

No Nepal, onde os locais hospedam os caminhantes, apenas US\$ 0,20 dos US\$ 3,00 gastos diariamente pelos turistas ficam com as comunidades. De acordo com o autor, o problema maior são as operadoras estrangeiras que trazem seus suprimentos e guias e contratam poucos nativos para guiar seus grupos (PUNTENNEY, 1990 *apud* WHELAN, 1991).

Das 32 operadoras de ecoturismo baseadas nos Estados Unidos (41% do total), 20 usavam guias locais; apenas 8 utilizavam agências ou gerentes locais, 6 usavam cozinhei-

ros e 8 usavam motoristas da própria comunidade. Das 20 que alegaram usar guias locais, a maioria os trazia de grandes cidades (INGRAM; DURST, 1987 *apud* WHELAN, 1991).

Para Whelan (1991), um outro problema relevante é a distribuição dos recursos que ficam no país com a atividade:

A economia nacional dos países receptores normalmente são mais beneficiadas do que as economias locais; um estudo concluiu que pelo menos 50% dos gastos dos turistas nos países em desenvolvimento ficam nesses países [...] entretanto, é pouco comum encontrar essas receitas canalizadas de volta para as comunidades locais ou, até mesmo, para o manejo das áreas protegidas que geraram essa receita⁴ (WHELAN, 1991, p. 10).

É o que também constata Olindo (1991) em relação aos Parques Nacionais do Quênia. Segundo o autor, em 1990, apenas US\$ 7 milhões, dos US\$ 350 milhões arrecadados com a atividade foram direcionados para o sistema de parques.

A baixa repercussão econômica verificada nos casos relatados se deve, também, à existência de problemas relacionados com os altos níveis de corrupção e desorganização das estruturas administrativas desses espaços. Não é incomum que a gestão dos recursos arrecadados com a atividade fique centralizada em algum órgão burocrático, freqüentemente da administração federal, sobrecarregado com outras atribuições e/ou prioridades, o que quase sempre resulta no direcionamento da receita para fins outros que não a conservação da UC. Muitas vezes, o dinheiro arrecadado em uma unidade mais lucrativa é dividido com outros espaços protegidos, em um sistema de rateio nem sempre justo, como acontece em Galápagos:

Embora a administração do Parque Nacional de Galápagos disponha de mais recursos do que outros parques do Equador, esses recursos são ainda muito modestos e limitam o investimento no quadro de funcionários, treinamento, equipamentos e infra-estrutura. A receita gerada com a cobrança de ingressos de 40 dólares pagos por turistas estrangeiros, bem como as taxas pagas pelos visitantes equatorianos e pelos operadores turísticos, ajuda a financiar outras áreas protegidas do Equador. (WALLACE, 1993, p. 100).

Finalmente, a despeito de serem bastante discretos e muitas vezes estarem mascarados sob o argumento de que são uma conseqüência inevitável em um ambiente onde a presença do homem não é desejada e/ou permitida, os impactos sócio-culturais somam-se às repercussões elencadas nesse capítulo e, ao mesmo tempo em que vitimam as comunidades autóctones, podem servir de estopim para deflagrar um movimento de reação desses moradores à implantação e conservação da UC.

Aspecto muito pouco explorado na bibliografia consultada, os impactos sócio-econômicos são citados sempre sob a ótica das ameaças representadas pela presença de populações no interior dos espaços protegidos, enquanto que muito raramente, como no caso do trabalho da OMT (1992) e o de Diegues (1998) a relação inversa é destacada. Genericamente, considera-se que as comunidades locais são beneficiadas com a criação de infra-estruturas básicas e equipamentos de lazer, além de poderem desfrutar do intercâmbio cultural proporcionado pelo contato com pessoas diferentes, inclusive provenientes de outros países.

A análise das interações que se estabelecem entre comunidade autóctone e os meios físico e biótico dos espaços protegidos implica em uma

³ Exemplos de casos em que o ecoturismo tenha contribuído para a mudança de conduta da comunidade podem ser encontrados na seção 3.3.2.

⁴ The national economy of the host country is likely to do substantially better than the local economy; one study found that at least 50 percent of tourist expenditures in developing countries are likely to stay in the country (...) however, it is unusual to find those receipts channeled back to the local communities or even to the management of the protected areas that generated the income. (Tradução Própria).

discussão mais profunda e polêmica, que envolve questões éticas, sociológicas e jurídicas, onde a sua própria existência e permanência são contestadas, conforme será abordado em seguida.

As comunidades autóctones e o fenômeno turístico em Unidades de Conservação

A presença humana causa impactos, quase sempre negativos, fato que justifica e fundamenta os argumentos contrários à permanência de comunidades autóctones dentro de espaços protegidos.

Sabe-se que o objetivo das áreas protegidas, notadamente aquelas denominadas de proteção integral⁵ é a preservação de atributos ecológicos importantes, através da criação de redomas ou ilhas, onde a natureza pode permanecer intocada, longe da ação devastadora do homem. Essa concepção, conforme analisado anteriormente, surgiu com a criação dos primeiros parques nacionais americanos e se expandiu pelo mundo, tendo influenciado a classificação das categorias de UC's existentes atualmente, quer seja no âmbito internacional ou no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) brasileiro.

Esse entendimento da relação homem x natureza leva ao que a antropóloga Debra Bird Rose (*apud* MERCER, 2001) diz ser a "encruzilhada dramática e lesiva" a que os humanos chegaram como espécie, ao enxergar-se como elemento estranho ao meio-ambiente. De acordo com Mercer (2001), ela se opõe a essa visão antagonista entre direitos humanos e ecológicos:

uma oposição que, em última instância, é fatal tanto para o planeta quanto para a espécie humana. A mensagem rude de Bird é que não temos escolha senão atentar para a "sabedoria dos antigos" e prestar muita atenção às percepções das populações nativas sobre o funcionamento e o papel dos ecossistemas (MERCER, 2001, p.119).

Diegues (1998) lembra que esse modelo de parques nacionais sem moradores para a preservação da vida selvagem sofreu duras críticas

tanto dentro como fora dos Estados Unidos, provenientes de correntes antropocêntricas, que defendem a consideração do elemento humano e ecocêntricas, como no caso do filósofo Baird Callicot (1991 *apud* DIEGUES, 1998) que alertava para a importância das populações humanas tradicionais do Terceiro Mundo na conservação da natureza.

De fato, quando se analisa as relações de conflito e simbiose entre o homem e a natureza, em um contexto de uma unidade de conservação, ignora-se, com muita frequência, que essa presença humana está composta por grupos diversos de pessoas, com interesses e costumes diferenciados. Pádua (1996) elenca a existência de dois grupos: as populações permanentes e transitórias que, por sua vez, subdividem-se em populações indígenas, populações tradicionais, caçadores, extrativistas, caboclos, madeireiros, agricultores, garimpeiros, mineradores, fazendeiros, população urbana, caçadores, grandes pescadores, comerciantes, missões religiosas, sem-terra, turistas e pesquisadores. Segundo a autora, "há gente e gente", ou seja, deve-se considerar que há aqueles que não concorrem e, até mesmo impedem o objetivo da conservação enquanto outros, notadamente as populações consideradas tradicionais, que podem vir a se transformar em aliadas efetivas das administrações das UC's.

Nesse contexto da discussão sobre a importância das chamadas populações tradicionais, é fundamental que se delimite a natureza desse grupo de pessoas e que se as diferencie dos demais habitantes dos espaços protegidos. As populações consideradas tradicionais se caracterizam por:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e dos seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é

transferido de geração em geração por via oral;

- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica em uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio-ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

A crença de que as populações tradicionais podem ser classificadas em uma outra categoria de análise quando se questiona a presença de moradores em espaços protegidos reside, principalmente, nas características *a, b, h e i*, listadas acima, refletidas nas atividades do fazer, do conhecer, das técnicas patrimoniais e do campo simbólico dessas comunidades. O convívio das populações tradicionais com o meio-ambiente é considerado de mais baixo impacto e, até mesmo, benéfico para os objetivos da conservação, como reforça Diegues, enfatizando a sua natureza:

⁵ Denominação utilizada no Brasil para designar as UC's de uso mais restrito, como os parques nacionais.

a simbiose entre homem e natureza é muito mais evidente nas sociedades indígenas brasileiras, por exemplo, em que o tempo para pescar, caçar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações estelares no céu, por proibições e interdições. (...) Nesse sentido é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é com base nele que elas agem sobre o meio. (...) O imaginário popular dos povos da floresta, dos rios e dos lagos brasileiros, está repleto de entes mágicos que castigam os que destroem as florestas (caipira, caipora, mãe da mata, boitatá); os que maltratam os animais da mata (anhangá); os que matam os animais em época de reprodução (tapiora), os que pescam mais do que o necessário (mãe d'água) (1998: p.92).

ora, grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista é, em grande parte, habitada por tipos de sociedades diferentes das industrializadas, isto é, por sociedades extrativistas, ribeirinhos, grupos e nações indígenas. Muitas delas ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da auto-subsistência. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista (DIEGUES, 1998: p.79).

E continua mais adiante:

mas ainda mais importante, e menos reconhecido, o modo de vida sustentável nessas áreas de florestas e pobres em recursos é uma salvaguarda política contra a pilhagem e degradação pelos interesses econômicos comerciais e contra os ricos. Ao contrário do preconceito profissional popular, há evidência crescente que quando as populações pobres têm assegurados seus direitos à terra e a uma quantidade suficiente de bens para cobrir os imprevistos, elas tendem a ter uma visão de longo prazo, agarrando-se tenazmente à terra, protegendo e salvando árvores, assegurando-as para seus descendentes.

Nesse sentido, sua perspectiva temporal é mais longa que a dos interesses comerciais, que visam somente os lucros do capital a curto prazo (CHAMBERS, 1987 *apud* DIEGUES, 1998, p.95).

Até mesmo nos Estados Unidos, como comentado anteriormente, sabe-se, hoje, que os parques nacionais não foram implantados em áreas despovoadas. *Yellowstone*, por exemplo, foi criado no território dos índios *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone-Bannock*, estes últimos vivendo durante todo o ano dentro dos limites atuais do parque. A necessidade de sair do parque nunca chegou a ser compreendida pelos índios remanescentes, como fica claro nas palavras do chefe *Standing Bear*, da tribo Sioux:

nós não consideramos selvagens as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Somente para o homem branco a natureza é selvagem, mas, para nós, ela é domesticada. A terra não tinha cercas e era rodeada pelas bênçãos do Grande Mistério. (MCLUHAN, 1971 *apud* DIEGUES, 1998, p.28).

Nos tempos atuais, a importância da discussão dessa questão se desloca para os países menos desenvolvidos, onde vastas áreas de ecossistemas relevantes são ocupadas por habitantes fixos. Morselo (2001) estima que 50% das áreas protegidas do mundo sejam habitadas e, que na América do Sul, essa participação chegue a 86%. Estudo realizado pelo Nupaub (VIANA et al, 1995) constatou que 83% dos parques nacionais implantados nos estados do Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro possuem moradores em seu interior. De acordo com o Ibama (1997) essa participação é menor, embora igualmente preocupante, com 51% dos parques nacionais, 265 das reservas biológicas e 28% das estações ecológicas habitadas. Apesar de não se dispor de dados estatísticos precisos e mais recentes, sabe-se que esse quadro é preocupante no País.

A consideração da natureza mais impactante dessas comunida-

des tem levado à construção de algumas propostas que cogitam sobre a possibilidade da sua permanência em suas moradias, desde que observe-se o que Bailey (1992) denomina de o estereótipo do "bom selvagem", partindo do pressuposto de que essas comunidades devem permanecer imutáveis, alheias aos acontecimentos e transformações externas, principalmente no que se refere à sua relação com os recursos naturais.

Freqüentemente se permite que as populações nativas (indigenous) permaneçam nas áreas protegidas desde que continuem "tradicionais" (...) (muitas vezes para aumentar seu valor turístico) enquanto o resto do mundo se transforma. A política de manejo para as reservas deve ser suficientemente geral e flexível para permitir variações nos estilos administrativos em relação aos grupos locais ao longo do tempo (BAILEY, 1992 *apud* DIEGUES, 1998, p.96).

Além de reprovável eticamente, visto que interfere em direitos fundamentais dos seres humanos e reduz essas comunidades a um papel quase inanimado de atrativo turístico, essa condição é absurda pela impossibilidade de se evitar o inevitável. Como manter as populações tradicionais vivendo sob condições ancestrais, sem conforto e acesso às informações, ao mesmo tempo em que se fomenta a sua exposição ao público visitante e, conseqüentemente a modos de vida bastante diferentes dos seus? A propósito desse fato, inclusive, é pertinente ressaltar que para muitos moradores de espaços protegidos não é compreensível que o local possa ser visitado por forasteiros e que a comunidade, muitas vezes estabelecida há gerações, tenha que se retirar.

Quando uma unidade de conservação é criada sem o suporte das comunidades que habitam o seu interior e as áreas vizinhas, o objetivo da conservação e o próprio ecoturismo estão fadados ao fracasso. Exemplos dessa afirmação infelizmente são bastante comuns, em países como a Índia, Costa Rica e Quênia, para não se falar apenas do Brasil.

Whelan (1991) cita o caso do Projeto Tigre, na Índia, onde os parques nacionais foram criados sem envolver os membros da comunidade e sem oferecer-lhes opções econômicas que substituíssem o corte da madeira e a criação de gado. Como resposta, essas duas atividades econômicas nunca puderam ser extintas, continuando a existir dentro da área do parque, ameaçando o projeto. O mesmo autor relata que, na Costa Rica, há casos de incêndios e derrubada de árvores causados pelos vizinhos e moradores que não foram indenizados após terem tido suas atividades econômicas proibidas.

Olindo (1991) nos apresenta o caso do povo Masai na Reserva de Masai Mara, no Parque Nacional do Serengeti, Quênia. De acordo com ele, os pequenos proprietários de terra locais, passaram a sentir-se menos importantes e privilegiados do que a fauna selvagem. Seus animais domésticos e fontes de água eram constantemente ameaçados pelos grandes mamíferos. Para enfrentar esse problema, os Masai resolveram construir cercas para isolar a vida selvagem e evitar o acesso dela às fontes de água em suas propriedades, o que causou uma diminuição no número de animais.

Por outro lado, existem exemplos de experiências bem-sucedidas, em que a comunidade local se tornou importante aliada dos projetos de conservação, como no caso do Projeto Rara Avis, reserva particular localizada nas montanhas da Costa Rica. Whelan (1991) descreve o envolvimento dos locais na operação do projeto, provendo transporte, mantimentos para as expedições, alimentação e alojamento para os grupos. Ainda na Costa Rica, constatou-se que na comunidade de Tortuguero, no entorno do Parque Nacional de Tortuguero, mais de 70% das pessoas envolvidas com a atividade turística eram membros da comunidade local.

Também em Belize procurou-se resolver o problema da retirada das populações tradicionais através da inserção dos moradores em atividades econômicas compatíveis que substituíssem a caça e a agricultura.

O Santuário da Vida Silvestre Cockscornb, citado por Lindberg e Hawkins (1993) ilustra bem esse processo, com o aproveitamento dos moradores desde em atividades tradicionais relacionadas com alojamento e alimentação até a venda de artesanato.

De forma diferente, a KWS – Kenya Wildlife Service, tentou resolver o impasse estabelecido com o povo Masai: optou-se por cobrar uma taxa diária adicional de Us\$ 10,00 para os turistas estrangeiros, cuja metade vai para um fundo administrado pelos Masai, que determinam o melhor uso dos recursos para a comunidade.

No caso do Brasil, embora não existam estudos detalhados que analisem essa relação, sabe-se que a realidade não difere da dos países citados anteriormente. Para o Ibama e perante a Legislação Brasileira, a situação dos habitantes de unidades de conservação de proteção integral, notadamente dos parques nacionais, é ilegal, devendo ser resolvida através da desapropriação dos imóveis particulares e indenização dos posseiros pelas benfeitorias construídas (IBAMA, 1996).

Contudo, Morsello (2001) identifica alguns sinais de mudança nessa postura radical do órgão. Em parte por incapacidade administrativa e, também, por restrições orçamentárias, a remoção dos habitantes das UC's nunca foi possível. Com o passar do tempo, entretanto, ao passo em que os prazos legais para a remoção dos moradores iam se esgotando, a administração do Instituto começou a sofrer influências do debate internacional que se estabeleceu sobre esse tema, tendo passado a admitir a relevância do tema e buscando encontrar soluções mais flexíveis para o problema.

Um dos sinais mais claros dessa preocupação foi a criação de um grupo de trabalho interno, em 1992, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tra-

dicionais – CNPT⁶ com o objetivo de minimizar o impacto que as UC's têm sobre a população local, partindo do princípio de que a maior agressão ao meio-ambiente é a miséria. Apesar de seu significado simbólico, o CNPT não conseguiu avançar muito além da criação das reservas⁷ extrativistas, enfrentando muitas resistências internas dentro da estrutura do próprio IBAMA.

Em que pese a iniciativa da criação do CNPT, continuam existindo direcionamentos divergentes dentro da estrutura do governo, e as ações efetivas em prol das populações tradicionais acabam por direcionar-se unicamente para aquelas que habitam o entorno de áreas de proteção integral ou que estejam estabelecidas em unidades de uso direto.⁸

Em outras palavras, não existem indícios de que alguma mudança fundamental no tratamento da questão ocorrerá no curto ou no médio prazo e, considerando-se a incapacidade administrativa para aplicar a legislação vigente, subentende-se que, pelo menos essa ameaça, continuará existindo por muito tempo ainda nos espaços protegidos brasileiros.

A análise do ecoturismo como uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento local em unidades de conservação

De todo o exposto sobre os casos analisados, conclui-se que, apesar do forte poder desestruturante que pode exercer sobre comunidades e economias menos articuladas, a atividade, em sua essência, apresenta grande potencial para se transformar em uma ferramenta tanto da conservação como do desenvolvimento local dos espaços naturais protegidos e suas populações tradicionais. O ecoturismo é uma das poucas atividades em que a junção desses dois objetivos é clara e direta pois suas condições de produção são particulares a exemplo das poucas barreiras à entrada e a adoção de estraté-

⁶ Criado através da Portaria IBAMA N 22, de 10/02/92.

⁷ Até julho de 2004 haviam sido criadas 33 Reservas Extrativistas.

⁸ Unidades de conservação consideradas de uso sustentável, que admitem algum tipo de manejo econômico.

gias artesanais que se traduzam na criação de uma oferta difusa e de baixa intensidade e na gestão local e personalizada dos recursos.

O conceito de desenvolvimento local sustentável é uma derivação do próprio conceito de desenvolvimento, trabalhado pela Geografia e pelas Ciências Econômicas desde os seus primórdios e, mais recentemente, foi objeto das análises de Albuquerque (1997), Jordan e Zapata (1998), Valcarcel – Resalt (1998), Vazquez Baquero (1999a e 1999b), Rodriguez Gutiérrez (coord) (1999), Pérez Ramírez e Carrillo Benito (Coord) (2000). A relação entre turismo e desenvolvimento está presente nas obras de Rodrigues (1997), Benevides (1997), Souza (1997), López Palomeque (2000) e Irving (2002), enquanto as implicações específicas do ecoturismo em unidades de conservação são abordadas por Lindberg e Hawkins (org) (1995), Whelan (org) (1991), Wearing e Neil (2001), Fennel (2002) dentre outros autores consultados para esse estudo.

Como visto, a definição do termo “desenvolvimento” passou por uma evolução conceitual ao longo do tempo, assumindo diferentes acepções que variaram do seu entendimento como sinônimo de crescimento econômico, depois incorporando parâmetros relacionados com o bem-estar das comunidades no que se convencionou chamar de desenvolvimento social ou sócio-espacial (SOUZA, 1997); e ainda, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e endógeno, para citar apenas algumas das denominações mais utilizadas na produção científica sobre o tema. Para Perez e Carrillo (2000) o conceito de desenvolvimento local seria um novo enfoque do conceito de desenvolvimento, baseado no aproveitamento dos recursos endógenos (humanos, naturais e de infra-estrutura) ou, em suas palavras:

aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de

estimular e fomentar o seu crescimento econômico, criar emprego, renda e riqueza e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida e bem estar social da comunidade local (2000, p.48).

O local é entendido como o espaço socialmente construído e onde se conformam comunidades e se constroem identidades (COELHO E FONTES, 1998).

Em linhas gerais, a perspectiva do desenvolvimento local exige a integração do turismo, e do ecoturismo no caso específico desse estudo, de maneira compatível às condições físico-ecológicas, econômicas e sociais das unidades de conservação e suas áreas de entorno mais imediato, através de um processo de planejamento e gestão permanente e participativa da atividade, que privilegie a construção de um poder endógeno por parte das comunidades capazes de torná-las auto-gestionadas e independentes.

Contudo, esse não é um desafio fácil de ser vencido, ou melhor, trata-se, justamente, da condição mais difícil de ser alcançada, tendo em vista o baixo nível de instrução, informação e cidadania encontrados nas comunidades de áreas subdesenvolvidas do planeta, que são forçadas a se adaptar a uma nova realidade, muitas vezes não desejada.

Considerando todas as externalidades levantadas e as dificuldades de gestão enfrentadas por esses espaços que, em sua maioria, continuam a reproduzir o modelo excludente dos parques nacionais norte-americanos, cabe questionar como, então, o ecoturismo pode contribuir para o desenvolvimento local das unidades de conservação? Alguns autores arriscam sugestões mas todos são unânimes ao concordar em pelo menos dois pontos: a) em que nenhuma ação pode excluir a população local, de acordo com o princípio da orien-

tação social defendida pela concepção de turismo sustentável, e b) na necessidade de planejamento para qualquer ação com esse propósito.

Brandon (1993) esclarece que é importante que se atente para o tipo de participação comunitária que se buscará nesse processo. Com base em inúmeras experiências estudadas, ela diferencia dois tipos de abordagem: a beneficiária e a participativa.

A primeira consistiria na cooptação passiva da população local, através da oferta de postos de trabalho, de eventuais consultas quanto às suas expectativas ou do repasse de recursos para a realização de ações comunitárias ou a título de remuneração compensatória em função de algum transtorno provocado pela iniciativa. Exemplos dessa abordagem são citados por Lindberg & Huber (1993) na Zâmbia, em Fiji e no Quênia e pela própria autora, no México⁹. Essa abordagem se assemelharia ao pagamento de uma esmola, que não conscientiza, não educa e não contribui para o desenvolvimento individual e da comunidade.

Já a abordagem participativa, busca envolver as pessoas em seu próprio desenvolvimento através da mobilização do seu potencial. Que elas sejam agentes ativos, gerenciem os recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam a sua vida, a exemplo do que ocorre com os modelos de co-gestão de parques nacionais adotados na Austrália. Mas, de acordo com Brandon (1993) a maior parte dos projetos de implantação ecoturística segue a abordagem beneficiária, o que não implica no verdadeiro engajamento e participação dos locais.¹⁰

É importante ressaltar que o modelo participativo de planejamento é mais difícil de ser implementado e demanda um horizonte temporal de longo prazo, quase sempre disso-

⁹ Na Zâmbia, o Programa de Administração de Áreas Comunitárias para Reservas Indígenas – CAMPFIRE, próximo ao Parque Nacional de Lwanga do Sul, distribui 40% dos recursos auferidos com os turistas para as comunidades vizinhas à área protegida. No Quênia, esse repasse é de 25%. Em Fiji, a metade dos ingressos para o Parque e Reserva Florestal de Tavoro são destinados ao desenvolvimento de projetos comunitários.

¹⁰ Para mais detalhes sobre a abordagem participativa ver o relato da experiência Annapurna, no Nepal em Brandon,(1993).

ciado do *timing* da dinâmica empresarial e dos meandros da legislação ambiental que implicam no alijamento das populações tradicionais do processo de planejamento dessas unidades.

As experiências relatadas demonstram, portanto, que não é possível perseguir os objetivos da conservação da natureza e do desenvolvimento local, especialmente nas unidades de conservação localizadas nos países em desenvolvimento, sem atentar para as necessidades humanas de subsistência das populações que os habitam e, conseqüentemente, proceder-se a uma nova discussão sobre os modelos de gestão adotados nesses espaços e a sua capacidade de equacionar todas as variáveis derivadas do uso turístico desses espaços.

A construção e o fortalecimento do capital social de uma comunidade não é um processo rápido. Deve observar as peculiaridades da sua cultura e respeitar a sua dinâmica própria. Ressalte-se, contudo, que a incorporação de inovações tecnológicas no tecido empresarial e produtivo local, constituiu-se na estratégia mais direta e segura de obtenção do desenvolvimento local sustentável, através do turismo ou de qualquer outra atividade econômica que se pense implementar.

Referências

- BENEVIDES, Ireleno P. *Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local*. In: RODRIGUES, Adyr. B (org) Turismo e Desenvolvimento Local, São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 23-41.
- BLAMEY, R.K. The Nature of ecotourism. Artigo avulso nº 21, Cambera: Bureau of Tourism Research, 1995 Apud FENNEL, David A. *Ecoturismo – uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002, 279 p.
- BLANGY, S. ; NIELSON, T. Ecotourism and minimum impact policy, In: Annals of Tourism Research, 20 (2): 357-360, 1993 apud FENNEL, David A. *Ecoturismo – uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002, 279 p.
- BLANGY, S. & WOOD, M.E. *Desenvolvendo e implementando diretrizes ecoturísticas para áreas naturais e comunidades vizinhas*. In: LINDBERG, K. & HAWKINGS, D. (org) Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1993, pp.16-21
- BOO, Elizabeth. *Ecotourism: the potentials and pitfalls*. Washington: World Wildlife Fund, 1990, 71p.
- BRANDON, Katrina. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza In: LINDBERG, K. & HAWKINGS, D. (org) *Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1993, pp.16-21
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Roteiro Metodológico para o planejamento de unidades de conservação de uso indireto*. Brasília: IBAMA, 1996, (mimeo), 108 p.
- BUNTING, B. Nepal's Anapurna conservation área. In: Proceedings of the PATA 91 40th Annual Conference, Bali, Indonésia, 1991 apud: WEARING, S. & NEIL, J. *Ecoturismo – Impactos, potencialidades e possibilidades*. São Paulo, Manole, 2000, 256 p.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, Hector. Tourism, ecotourism and protected áreas: the state of nature based tourism around the world and guidelines for its development. In: *Anal of IV World Congress on National Parks and Protected Areas*. Gland (Suíça): IUCN, 1996.
- COSTA, Patricia C. *Unidades de Conservação – matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002, 163 p.
- COSTA LIMA, M.L.F. *Arquipélago de Fernando de Noronha: Uma avaliação dos conflitos entre a demanda turística e os objetivos de conservação da natureza*. In: Rodrigues, Adyr B. (org) Turismo e Ambiente – Reflexões e Propostas. São Paulo: Hucitec, 1997, pp.138-148.
- DIEGUES, Antonio C. *O mito moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998, 169 p.
- DIEGUES, Antonio C. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C.M.T. & BRUHS, H.T. (org) *Viagens à Natureza*. São Paulo: Papirus, 2001, pp. 103-124
- DYESS, R. Adventure travel or ecotourism? In: Adventure Travel Business, abril, 1997 Apud FENNEL, David A. *Ecoturismo – uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002, 279 p.
- FENNEL, David. *Ecoturismo in Canadá*. In: Annals of Tourism Research, 25 (1): pp.231-234.
- _____. *Ecoturismo – uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002, 279 p.
- GLICK, Dennis. *Tourism in greater Yellowstone: maximizing the good, minimizing the bad, eliminating the ugly*. In: WHELAN, Tensie (org). Nature Tourism – managing for the environment, Washington: Island Press, 1991, pp.58-75
- GRAY, H.P. *Review of the long african day*, New Cork Review of Books, 20(4), 25-29, 1973 apud Mathieson & Wall. Tourism: economic, physical and social impacts. London, New York: Longman, 1990, 278 p.
- HAWKINGS, D. ; KAHN, M. *Oportunidades para o turismo ecológico nos países em desenvolvimento*. In: THEOBALD, W. (org) Turismo Global. São Paulo: Senac, 2001, pp.205-219
- INGRAN & DURST APUD WHELAN
- IRVING, Marta. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas – tendências no contexto brasileiro In: IRVING, Marta & AZEVEDO, Júlia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade* São Paulo: Futura, 2002, pp.47-68
- IUCN, *Guidelines for protected area management categories*. Cambridge-UK: IUCN Publication Service, 1994, 261 p.
- KEARNEY, A *Green tourism development in Scotland*. Annals of Tourism Research, v.21, n.1, p 153-155, 1994.
- KELLER, Robert ; TUREK, Michael. *American Indians and national parks*. Tucson: University of Arizona Press, 1998, 313 p.
- LAARMAN, J.G ; DURST, P.B. Nature travel and tropical forests In: FPEI Working Paper Series, Carolina do Norte: State University, 1987 apud . FENNEL, David A. *Ecoturismo – uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002, 279 p.
- LINDBERG, K. & HAWKINGS, D. (org) *Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1993, pp.16-21
- LÓPEZ PALOMEQUE. El turismo en el desarrollo regional In: LUZON, Jose. Luis. & SPINOLA, Noelio. *Desarrollo regional*, Barcelona: Xarxa Temática Medamerica, 2000, pp. 109-139
- MATHIESON, A. & WALL, G. *Tourism: economic, physical and social impacts*. London, New York: Longman, 1990, 278 p.
- MERCER, David. *A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália*. In: THEOBALD, W. (org) Turismo Global. São Paulo: Senac, 2001, pp.117-144.
- MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas – seleção e manejo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001, 342 p.

- NELSON, J.G. *The spread of ecotourism: some planning implications*. In: Environmental Conservation, 1994, 21(1), pp. 248-255.
- OLINDO, Perez. The old man of nature tourism: Kenya. In: WHELAN, Tensie (org) *Nature Tourism – Managing for the environment*. Washington: Island Press, 1991, pp. 23-39.
- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO/PNUMA. *Diretrizes: ordenación de los parques nacionales y zonas protegidas para el turismo*. Madrid: OMT/PNUMA, Série Informes Técnicos, n° 13, 1992, 52 p.
- PEREZ, B. & CARRILLO, E. *Desarrollo Local: manual de uso*. Madrid: Esic, 2000. *apud* LOPEZ PALOMEQUE, El turismo en el desarrollo regional In: LUZON, Jose. Luis. & SPINOLA, Noelio. *Desarrollo regional*, Barcelona: Xarxa Temática Medamerica, 2000, pp. 109-139.
- PETERSEN, P. & ROMANO, J.O. *Abordagens participativas para o desenvolvimento local*. RJ: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999 *apud*: IRVING, Marta. Refletindo sobre o Turismo como mecanismo de Desenvolvimento Local. In: RDE Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador: Unifacs, Ano IV, n° 7, dezembro de 2002, pp.69-74
- PUNTENNEY, P.J. Defining solutions: the Annapurna experience. *Cultural Survival Monthly*, 14, n° 2, 1990 *apud* WHELAN, Tensie. *Nature Tourism – managing for the environment*, Washington: Island Press, 1991, 221 p.
- RODRIGUEZ GUTIERREZ, F. *Manual de desarrollo local*, Gijón:Trea, 1999 *apud* LOPEZ PALOMEQUE, El turismo en el desarrollo regional In: LUZON, Jose. Luis. & SPINOLA, Noelio. *Desarrollo regional*, Barcelona: Xarxa Temática Medamerica, 2000, pp. 109-139
- _____. El desarrollo local en tiempos de globalización, in: Ciudad & Territorio. Estudios Territoriales, n°122, 1999, pp. 721-734 *apud* LOPEZ PALOMEQUE, El turismo en el desarrollo regional In: LUZON, Jose .Luis. & SPINOLA, Noelio. *Desarrollo regional*, Barcelona: Xarxa Temática Medamerica, 2000, pp. 109-139
- _____. *Ecotourism and its role in sustainable development*. In: WHELAN, Tensie (org). *Nature Tourism – managing for the environment*, Washington: Island Press, 1991, pp. 3-22.
- _____. *Ecotourism – um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1993
- WALLACE, G. A administração do visitante: lições do parque nacional de Galápagos. In: LINDBERG, K. & HAWKINGS, D. (org) *Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1993
- WEARING, S. & NEIL, J. *Ecoturismo – Impactos, potencialidades e possibilidades*. São Paulo, Manole, 2000, 256 p.
- WEST, P.C.; BRENCHIN S.R. (eds) *Resident people and national parks: social dilemmas and strategies in international conservation*. Tucson: University of Arizona Press, 1991 *apud*: WEARING, S. & NEIL, J. *Ecoturismo – Impactos, potencialidades e possibilidades*. São Paulo, Manole, 2000, 256 p.
- WESTERN, David. *Definindo Ecoturismo*. In: Lindberg, K. & Hawkins, D. *Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1993, pp.16-21
- WHELAN, Tensie (org). *Nature Tourism – managing for the environment*, Washington: Island Press, 1991, 221 p.



Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Ciências Econômicas (concentração em Economia Regional)

CEMPRE – Centro de Estudos Empresariais

UNIFACS – Universidade Salvador

Prédio de Aulas 8 – Campus Iguatemi – Alameda das Espatódias, 915
Caminho das Árvores, Salvador, BA, CEP 41820-460
Tel.: (71) 3273-8557 – E-mail: cempre@unifacs.br